



REVISTA CONFERINDO

COBERTURA EDUCOMUNICATIVA
DA 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE • ABRIL DE 2024

DIREITOS HUMANOS

Conferência aprova
propostas de
políticas públicas
para crianças
e adolescentes

COMPROMISSO

Lula e delegados
discutem caminhos
para o futuro em
plenária da 12ª CNDCA

PÓS-PANDEMIA

Delegados discutem
os impactos da
pandemia na vida
de crianças e
adolescentes



Cobertura Educomunicativa:



Apoio:



Realização:





A REVISTA CONFERINDO FOI PRODUZIDA POR ADOLESCENTES E JOVENS, NO CONTEXTO DA COBERTURA EDUCOMUNICATIVA DA 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — UMA INICIATIVA DA FACULDADE LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FLACSO BRASIL) E DA VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO. A COBERTURA EDUCOMUNICATIVA É UMA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA QUE UTILIZA TÉCNICAS DO JORNALISMO PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Cobertura Educomunicativa:



Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



EDITORIAL

A 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE reuniu ativistas, profissionais e autoridades públicas, além de crianças e adolescentes de todo o País, para discutir e aprovar propostas de políticas públicas voltadas à promoção, defesa e garantia dos direitos de meninas, meninos e meninos do nosso País.

Como em outras edições, a cobertura educacional foi uma estratégia para ampliar e fortalecer a participação e a expressão de adolescentes na Conferência. Por meio de produções de comunicação multimídia, 16 jovens puderam falar de suas inquietudes, sonhos e demandas; conversaram com especialistas e com seus pares e ajudaram a divulgar os debates da Conferência para um público ainda maior.

A segunda edição da Revista Conferindo é resultado do processo coletivo e colaborativo da cobertura educacional da 12ª CNDCA. A publicação traz textos inéditos dos adolescentes sobre diversos temas relacionados aos direitos humanos e à participação cidadã. Além disso, também disponibiliza acesso a produções audiovisuais como vídeos e podcasts. É uma contribuição importante para o debate público sobre a garantia de direitos para crianças e adolescentes e para a memória da Conferência.

BOA LEITURA!

Acompanhe as nossas redes sociais:



@VIRACAOEDUCOM

@CONANDANAREDE

@FLACSOBR

QUEM SOMOS

A Viração é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua, há mais de 20 anos, com projetos de Educomunicação e de mobilização social voltados para adolescentes e jovens. Nossa missão é conectar, inspirar e engajar meninas, meninos e meninos na construção de uma sociedade justa, sustentável e plural.

As ações, projetos e programas da Vira estimulam adolescentes e jovens a se expressarem e a participarem de espaços de discussão pública sobre direitos humanos, por meio de processos colaborativos e a criação coletiva de produtos de comunicação.

A organização é responsável pela produção da Revista Viração e pela implementação da Agência Jovem de Notícias – veículos de jornalismo educacional independente feito com a participação de jovens de todo o Brasil; além da Escola de Cidadania para Adolescentes, que atua na mobilização e na formação cidadã das juventudes.

SUMÁRIO

6	O BRASIL VOLTOU	16	VOZ DO PROTAGONISMO	27	DIVERSIDADE RELIGIOSA
8	IMPACTOS DA PANDEMIA	17	DIZ AÍ, CRIANÇA!	28	AS DUAS PANDEMIAS
10	ESPERANÇAR COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	18	"NADA PARA NÓS, SEM NÓS"	30	RECORDAR É VIVER!
12	GIGANTES DEFENSORES DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	20	CONFERÊNCIA APROVA PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	34	REMENDA OU REVOGA?
13	O PODER DA REPRESENTAÇÃO NA 12ª CNDCA	24	ESPAÇOS ABERTOS, VOZES FORTALECIDAS	36	DESAFIOS E CAMINHOS CONTRA O TRABALHO INFANTIL
14	"QUERO QUE MINHA ALDEIA SEJA LEMBRADA"	25	É HORA DE GARANTIR DIREITOS PARA UM FUTURO PROMISSOR!	37	JOVENS NÃO SÃO MERCADORIA!
15	POR RESPEITO ÀS DIFERENÇAS	26	ADOLESCENTES PROTAGONIZAM DEBATES NA CONFERÊNCIA	E AINDA:	
				5	MANDA VÊ
				29	IMAGENS QUE VIRAM
				38	TÁ NA MÃO

EXPEDIENTE

ADOLESCENTES EDUCOMUNICADORES

Ana Clara (MT)
Andrey Felype (DF)
Arthur Campos (ES)
Danubia Kauane (RO)
Eduarda Nayara (SP)
Edvanilson da Silva (PB)
Flávio Henrique Silva Santos (AL)

Ian Vitor Maciel Cardoso (AP)
Isabela Schirrmann (SP)
João P. Barbosa (MT)
Maira Kirschner (TO)
Maria Eduarda (CE)
Maria Rita Veras (PI)
Rebeca Cassiano (RJ)
Stephany da Cruz (PR)
Tainara de Lira (PE)

EQUIPE DA VIRAÇÃO

Camila Alves
Daniel Fagundes
Ellen da Silva Paula
Jéssica Rezende
Juliane Cruz
Monise Berno
Rhafaela Resende
Tarcísio Camêlo
Vania Correia



Sonhar é um direito fundamental relacionado à realização dos demais direitos humanos e, a partir dele, podemos almejar dias melhores. A imaginação vislumbra um outro futuro possível, onde todas as pessoas possam ter uma vida plena com direitos e oportunidades. No último dia da 12ª CNDCA, fomos perguntar para delegadas e delegados sobre seus sonhos para crianças e adolescentes do Brasil.

"QUE AS CRIANÇAS VIVAM EM UM LUGAR MELHOR"

ARANE (MA)

TEXTO
REDAÇÃO DA
VIRAÇÃO, EM
SÃO PAULO (SP)

"QUE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEMPRE TENHAM SEUS DIREITOS GARANTIDOS"

LIGIA, 11 ANOS (SP)

"TER SUAS VOZES OUVIDAS"

ANA ONTELI, 16 ANOS (SC)

QUAIS SEUS SONHOS PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

"MAIS SAÚDE E EDUCAÇÃO"

IAN,
19 ANOS (AP)

"QUE NÓS NUNCA SEJAMOS OBRIGADOS A DEIXAR PARA TRÁS OS NOSSOS SONHOS"

MARIAH (MT)

"QUE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES POSSAM FALAR SOBRE OS DIREITOS PARA FAZER A DIFERENÇA"

RAISSA
ROSSI (SP)

"EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
#REVOGAONOV
ENSINOMÉDIO"

GABRIELA (PR)

"QUE AS CRIANÇAS TENHAM UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE"

KALIANNY,
11 ANOS (PB)

"TER REPRESENTATIVIDADE"

HEMILI, 17 ANOS (SC)

"UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, QUE NOS AJUDE A GARANTIR NOSSO LUGAR NA SOCIEDADE"

LAURA (SC)

TEXTO
REDAÇÃO DA
VIRACÃO,
EM SÃO
PAULO (SP)

O BRASIL VOLTOU

12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CELEBRA RETOMADA DO DIÁLOGO DEMOCRÁTICO NO PAÍS E Foca NA REPARAÇÃO DOS IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A 12ª CNDCA aconteceu no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília (DF), entre os dias 02 e 04 de abril de 2024. Com o tema **“A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade”**, a conferência buscou refletir, avaliar e construir caminhos para a superação dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19 na vida de crianças e adolescentes.

Realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDCA/MDHC), com apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a conferência reuniu cerca de 1300 participantes, sendo quase mil delegados e delegadas, dentre eles cerca 300 crianças e adolescentes; além de observadores, autoridades públicas e convidados. A plenária final aprovou 116 propostas de políticas públicas para a área, fruto também do acúmulo dos debates nas etapas municipal e estadual da conferência [\[conheça as 25 propostas eleitas como prioritárias na página 20\]](#).



“O BRASIL DO FUTURO ESTÁ AO ALCANCE DA NOSSA OUSADIA!”

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, esteve presente em diferentes momentos da 12ª CNDCA. Falou sobre a importância da reconstrução das políticas públicas para a infância e da sua emoção em saber da participação ativa e comprometida de crianças e adolescentes na conferência. *“Uma coisa bonita, tocante e avançada é o fato de crianças e adolescentes não serem apenas objeto das políticas públicas, mas serem também sujeitos, construtores, artífices dessa política”*, destacou.

Ao mencionar desafios e as heranças de descaso com a infância, lembrando das crianças escravizadas, as vítimas da fome e as torturadas durante a ditadura, Silvío também falou da necessidade de ter coragem para colocar em prática uma agenda de desenvolvimento econômico sustentável e realizar a utopia de um Brasil mais justo e igualitário. *“O Brasil tem futuro, e esse futuro está ao alcance da nossa ousadia. Uma ousadia que somente as crianças e adolescentes podem nos ensinar”*, provocou.

“O GOVERNO PRECISA TER MAIS OUVIDO DO QUE BOCA”

Acompanhado da primeira-dama, Janja Silva, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou da plenária do segundo dia da 12ª CNDCA. Lula enfatizou a importância da conferência como um marco da retomada do diálogo democrático no País. *“Eu não poderia deixar de participar desse encontro, porque eu acho que nós vivemos um instante na história desse país que nós precisamos conversar muito, nós precisamos falar muito, porque é preciso que a gente retome uma nação em que prevaleça a verdade e não a mentira, que prevaleça a fraternidade e não o ódio, que prevaleça a solidariedade e não o individualismo”*.

O Presidente lembrou e homenageou as 40 mil crianças que ficaram órfãs durante a pandemia de Covid-19, quando também criticou a irresponsabilidade do governo Bolsonaro na condução da crise sanitária.

Ao comentar os feitos da sua gestão, Lula lembrou do programa “Pé de Meia”, que oferece incentivo financeiro para estudantes de escola pública concluírem o ensino médio e da sua importância para a permanência escolar.

“E hoje nós sabemos que 480 mil adolescentes desistem do ensino médio porque têm que ajudar no orçamento familiar, porque têm que trabalhar. E por isso nós criamos o Pé-de-Meia.”

Com um discurso bastante focado em Educação, o Presidente também afirmou o compromisso de construir 782 escolas técnicas até o final do mandato. *“Isso é pouco diante da quantidade de coisas que nós precisamos fazer neste país. E como a gente sabe que tem uma dívida com a sociedade brasileira e uma dívida histórica, que não é culpa individualmente de nenhum de vocês que estão aqui, nem minha, nem de outro presidente de ontem, de antes de ontem. É uma dívida histórica... ‘Nesse país, filho de pobre não nasceu para ir para a universidade, ele nasceu para trabalhar’”*.

Durante o discurso do Presidente, houve manifestações do movimento estudantil pedindo a revogação do Novo Ensino Médio, no dia em que a proposta retornou à discussão no Senado Federal.

AÇÕES CONJUNTAS

Durante a 12ª CNDCA foi assinada a **Recomendação Conjunta sobre Serviços de Família Acolhedora**, que visa assegurar às crianças e aos adolescentes o direito a crescer e se desenvolver em ambiente familiar, mesmo durante a medida protetiva de acolhimento; apoiar a implementação e a ampliação dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora do Sistema Único de Assistência Social e a gradativa transição da modalidade de acolhimento institucional para acolhimento familiar; qualificar os serviços de acolhimento em família acolhedora, dentre outras ações.

A Recomendação, proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi assinada em conjunto pelos ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; do Planejamento e Orçamento; pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Conanda.

Além disso, o CNJ lançou a campanha **Se renda à infância**, que incentiva pessoas físicas e jurídicas a destinarem parte do Imposto de Renda a projetos voltados a crianças e adolescentes. A campanha tem o apoio institucional do MDHC e do Conanda.

IMPACTOS DA PANDEMIA

OS IMPACTOS AINDA SÃO SENTIDOS POR MILHARES
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM NOSSO PAÍS

A 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente trouxe como tema central *"A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: Violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral com respeito à diversidade"*, com o objetivo de ampliar o debate e a construção de propostas em vistas aos impactos da pandemia de Covid-19.

Durante o período de 2020 a 2022, pudemos perceber o quão impactante uma pandemia pode ser na vida da nossa sociedade, e a saúde mental foi um dos agravantes que a Covid-19 trouxe à tona. Sabemos que ela sempre foi uma questão sensível e com pouca visibilidade no cotidiano, mesmo antes da pandemia. No entanto, o tema ganhou maior destaque durante os anos de isolamento e distanciamento social.

Um relatório do UNICEF¹, divulgado em 2021, aponta o desinteresse por parte da sociedade em relação à saúde mental de crianças e adolescentes e alerta sobre o impacto da Covid-19 na saúde mental e bem-estar dessa faixa etária por muitos anos. Todos temos recordações de comentários como "é só uma fase", "é frescura" ou até mesmo que estamos na geração do "mimimi", quando o assunto deveria ser tratado de maneira mais séria. O desinteresse também é notável quando apenas 2% do orçamento governamental em 2022 foi destinado à saúde mental global, segundo o relatório do UNICEF citado acima. Algo que deveria ser visto como prioridade estava sendo deixado à deriva.

A pandemia também impactou a saúde física de crianças e adolescentes, já que foi observado um aumento no sedentarismo. O estilo de vida sedentário é prejudicial para o nosso sistema imunológico, fundamental para reduzir a possibilidade de infecção viral. O fato de ficarmos "parados" e, muitas vezes, nos alimentando inadequadamente favorece o ganho de peso, o aumento da pressão arterial, da glicose (açúcar) e de lipídios (gorduras) no sangue. Isso ocorreu muito durante o período de isolamento social, por não podermos sair de nossas casas, o que tornou muito mais difícil praticar exercícios com frequência. Isso trouxe um impacto negativo permanente no bem-estar, contribuindo para o aumento e/ou agravamento de casos de ansiedade e depressão.



1 Relatório UNICEF - **Impacto da COVID-19 na saúde mental das crianças e jovens "a ponta do iceberg"**

Outro impacto importante gerado pela pandemia foi o fato de muitas crianças e adolescentes terem parado os estudos por falta de incentivo e dificuldades de acesso à tecnologia para acompanhar as aulas online, o que intensificou a evasão escolar. O estudo **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação**², publicado pelo UNICEF Brasil, em parceria com o Cenpec Educação, indica que “Em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos não tinham acesso à educação no Brasil. Desses, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia.”

Os casos de abuso sexual foram os mais relatados. Compreender e conhecer os danos causados nas vítimas é essencial. Ainda no início da pandemia, pesquisas como a da **World Vision**³ mostra que até 85 milhões de crianças e adolescentes, entre 2 e 17 anos, em todo o planeta, foram vítimas de violência física, emocional e sexual em apenas três meses de análise. Infelizmente, esse é um problema que se intensifica e atinge de maneiras diferentes adolescentes e crianças de diversos grupos sociais.

Segundo dados da Pnad (2019), 1.758 de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil. E, do total, 66,1% eram pretos ou pardos, indicando que os números não incluem adolescentes com vínculo empregatício formalizado por meio de contrato de aprendizagem. Dados coletados pelo UNICEF em São Paulo apontam para o aumento da situação de trabalho infantil durante a pandemia. O UNICEF realizou um levantamento de dados sobre a situação de renda e trabalho com 52.744 famílias vulneráveis de diferentes regiões, no ano de 2022. Antes da pandemia, já havia cerca de 1,7 milhão de crianças e adolescentes vítimas de trabalho infantil no Brasil. Em relação a casos de violência doméstica, houve um aumento de 43% para 49%.

O adolescente William Eleuterio Azevedo dos Santos, **representante de Sergipe no Comitê de Participação de Adolescentes (CPA)**, conta que o comitê foi o pontapé inicial para a discussão dos reflexos da pandemia na vida das crianças e dos adolescentes no CONANDA. “O CPA analisou, debateu e levantou propostas referente a esses prejuízos que a pandemia trouxe. Eu, como um dos adolescentes presentes na Assembleia de apresentação desse tema, pude ver o quão importante foi levar esse tema, principalmente porque foi aprovado como tema central da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tenho certeza que isso trouxe mais visibilidade para a participação de adolescentes em nosso país”.

A adolescente Fernanda Gabriela Batista Veloso, **representante de Minas Gerais no CPA**, considera que os impactos da pandemia foram devastadores e fala sobre como o comitê tem refletido e atuado sobre o tema. “Para nós do CPA, acredito que tenha sido um pouco difícil, já que muitas coisas tivemos que readaptar. E mesmo por toda essa tempestade ruim, os assuntos que temos discutido sobre o pós-pandemia têm sido muito importantes. A cada dia que passa nós estamos sempre nos aprimorando diante dos impactos que ainda vem se arrastando, como por exemplo o ENEM. Eu acredito que, mesmo depois das dificuldades, nós sempre nos mantivemos firmes e fortes na nossa luta. E assim espero que seja sempre”.

2 **Estudo Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação**

3 World Vision International - organização não governamental internacional de ajuda humanitária, assente em princípios do cristianismo e fundada em 1950





TEXTO

STEPHANY
MONIQUE CORRÊA
DA CRUZ, EM
LONDRINA (PR)

IMAGEM

DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO

ESPERANÇAR COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

COMO ENFRENTAR AS DESAFIANTES
CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19?

A equipe de adolescentes e jovens educadores realizou, durante a 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma entrevista coletiva com a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Marina de Pol Poniwas. Integrante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Marina também atua como psicóloga no Tribunal de Justiça do Paraná, é batuqueira e ativista por lutas feministas.

Logo no início do nosso bate papo, Marina nos contou que a escolha do tema da 12ª CNDCA deve-se ao fato de crianças e adolescentes serem as principais vítimas das consequências da pandemia de Covid-19 e ressaltou que, durante o período pandêmico, houve um aumento do número de casos de violências e violações de direitos humanos desse grupo. Na medida em que famílias foram

apartadas de acesso a políticas públicas básicas, crianças e adolescentes foram expostos a violações como trabalho infantil, evasão escolar e diversos outros tipos de precariedades. Assim, nesse período pós-pandêmico, ficou evidente a necessidade e a importância de se debater tal temática na Conferência, objetivando a criação de políticas públicas e a efetivação das já existentes, enquanto respostas aos problemas causados por essa implacável e terrível doença, bem como pela negligência do desgoverno anterior.

Ao falar sobre as dificuldades que o CONANDA enfrenta ao debater temas relacionados aos desafios próprios do contexto pandêmico, Marina nos deu como exemplo a vacinação infantil, evidenciando o retrocesso que a disseminação de *fake news* sobre a vacina causou durante a pandemia. Por isso, segundo a presidenta, o CONANDA precisa retomar o debate sobre a importância da vacinação na prevenção de doenças durante a infância e o combate à desinformação.



Jovens educomunicadores realizam coletiva de imprensa com a presidenta do CONANDA, Marina de Pol Poniwas



Ao tratar sobre o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA), Marina demonstra um carinho muito grande pelo projeto e compreende a importância e a relevância dele. *“Não existe a possibilidade do CONANDA se estruturar, permanecer e se organizar sem o CPA”*. Ela nos conta sobre a importância do comitê na contribuição de diálogos durante as assembleias do Conselho, mas destaca que ainda há o desafio da perspectiva e lógica adultocêntrica enraizada nos espaços de poder. Nesse sentido, Marina resalta a importância de construir uma cultura de participação de crianças e adolescentes em todos os espaços democráticos. Deixa também o questionamento em relação à criação e ao funcionamento do CPA nos estados e municípios onde há uma certa precariedade em relação à estrutura, orçamento, desejo de realização, integração e inserção da contribuição dos adolescentes nas deliberações dos Conselhos Estaduais e Municipais.

Como psicóloga, Marina afirma o compromisso do Conselho Federal de Psicologia com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e faz o alerta para os profissionais da área para que atuem na proteção e garantia desses direitos através de seu exercício profissional cotidiano. Para ela, participar da 12ª CNDCA e estar na presidência do CONANDA é uma grande honra e um grande compromisso histórico da Psicologia.

Ao ser questionada sobre o Novo Ensino Médio (NEM) – tema que foi pautado pelos adolescentes durante a

Conferência –, Marina diz que todo o CONANDA compreende o retrocesso que é esse método de educação implementado pelo governo passado. Sobre os pedidos de revogação que vêm sendo feitos por estudantes de todo o país, inclusive durante a Conferência, ela nos explica que o processo não é tão fácil. Segundo ela, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva não pode simplesmente assumir a presidência e revogar o NEM, pois precisa ser trabalhada uma nova concepção de educação para que se possa substituir essa contrarreforma de ensino. Devido a lentidão de todo esse processo, ela nos garante que o CONANDA continuará cobrando a celeridade da revogação para que se tenha uma educação que não desconsidere as realidades dos adolescentes e agudize ainda mais as desigualdades.

Ao final da entrevista, Marina nos deixa uma mensagem sobre o esperar com as crianças e adolescente a partir da construção coletiva: *“É importante que a gente opere as nossas políticas públicas e a construção de espaços coletivos a partir da ética do amor, utilizando sempre do verbo “esperançar” de Paulo Freire, nós vamos chegar em algum lugar se nos mobilizarmos e articularmos. Não existe receita para isso, construímos nossas lutas nos movimentos sociais, nos movimentos de base, nos movimentos secundaristas, nos Comitês de Participação de Adolescentes, nos conselhos Municipais e Estaduais, ocupar esses espaços é fundamental para que se avance de fato na política para crianças e adolescentes e rompa essa lógica adultocêntrica e minorista”*.

TEXTO
IAN VITOR
MACIEL
CARDOSO, EM
MACAPÁ (AP)

GIGANTES DEFENSORES DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

GLÍCIA SALMERON E DIEGO ALVES BEZERRA FALAM SOBRE
OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A GARANTIA DOS
DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



A 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente teve início no segundo dia de Abril, mas, para que esse evento se tornasse realidade, foram necessárias muitas lutas, lideradas por figuras proeminentes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Durante a cobertura educacional da 12ª CNDCA, tivemos o privilégio de entrevistar dois personagens fundamentais na construção da história dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Glícia Salmeron, advogada, especialista em direitos infanto-juvenis, lembrou sua extensa trajetória de quase 20 anos de atuação, desde o nível municipal até o nacional, atuando em diversas esferas de garantia de direitos de crianças e adolescentes, até chegar no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ela enfatizou a importância da participação de crianças e adolescentes nesses espaços, a transformação de propostas em políticas públicas e a esperança para um futuro mais justo, destacando também a necessidade de formação política e valorização da diversidade. *“Essas discussões podem parecer pequenas à primeira vista, mas são de grande importância. É através destas participações que aprendemos a observar e compreender o nosso ambiente, reconhecendo a diversidade em todas as suas formas. Somente quando somos sensíveis o suficiente para perceber essa diversidade em todos os contextos é que podemos apreciar a sua verdadeira essência”,* analisou.

Para Diego Alves Bezerra, ex-presidente do CONANDA, a pandemia expôs ainda mais as vulnerabilidades dos jovens, especialmente com o fechamento das escolas. Ele lembrou a necessidade de priorizar os direitos das crianças e adolescentes, evidenciando a negligência enfrentada durante esse período e refletiu sobre a evolução dos espaços de debate sobre os direitos dos mais vulneráveis.

“É importante lembrar que os adolescentes estarem nos espaços de participação pública e terem voz não é algo que sempre existiu. Pelo contrário, é algo muito recente e ainda não está totalmente estabelecido. A própria existência do CONANDA, prevista na Constituição, foi ameaçada em certos momentos. Isso nos lembra que os direitos humanos são fluidos e dependem da nossa vigilância constante e atuação comprometida”, frisou.

Diego salientou ainda que a escolha do tema da pandemia para a 12ª CNDCA serve como resposta às demandas dos jovens, expressando sua esperança por mudanças sociais significativas, valorizando a participação efetiva dos pequenos nos debates e destacando sua importância na construção de um futuro mais justo e digno. Diego encerrou reiterando sua confiança no potencial transformador da juventude para promover os direitos humanos e sociais.



O PODER DA REPRESENTAÇÃO NA 12ª CNDCA

COMO A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TODAS AS COMUNIDADES GARANTE A INCLUSÃO NOS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO

TEXTO

MARIA RITA VERAS
LEMONS RESENDE,
EM TERESINA (PI)

IMAGEM

DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRACÃO

A entrevista com Alejandro Odo-rico, 14 anos, revelou uma perspectiva única e inspiradora sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas neurodiversas e PCD e sobre a luta por direitos e dignidade. Como delegado eleito, Alejandro não só representa sua escola localizada na cidade de Boca da Mata, no estado de Alagoas, mas também carrega a bandeira de comunidades que, muitas vezes, são negligenciadas, “*vim representar aqueles que foram calados em quatro anos de obscuridade*”.

Sua própria experiência como pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) dá a ele uma compreensão profunda das lutas diárias que essas pessoas enfrentam. Ele destaca que o autismo não é algo fácil e enfatiza a importância da terapia e do apoio dos pais para enfrentar momentos de crise.

“Eu enfrento muitos desafios. O autismo não é flores, embora as pessoas costumam romantizar o autismo. Romantizam o que nós passamos e o que enfrentamos. Não é fácil. Nós lidamos com crises de raiva, ansiedade. Como lidar com isso, nós não sabemos. Em momentos de crises nos vemos incapazes, ofuscados, nosso lado racional se

perde e entramos no emocional. Mas lidamos com a terapia que é necessária, além do apoio de nossos pais”, conta.

Além disso, Alejandro reconhece a importância da educação pública, que foi fundamental para abrir caminhos para ele participar das conferências e de outros espaços públicos. Em suma, a participação dele na 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente destaca não apenas suas próprias experiências e desafios como pessoa no espectro autista, mas também destaca a importância da inclusão e da representação de todas as comunidades, especialmente aquelas que enfrentam discriminação e marginalização. Sua voz é um lembrete poderoso de que cada pessoa tem valor e merece ser ouvida e apoiada em sua jornada.

Alejandro destaca as dificuldades enfrentadas por pessoas neurodiversas e PCD e sobre a luta por direitos e dignidade



“Ter voz, ter lugar, ter direitos e ter, principalmente, dignidade!”, esse é o sonho de Alejandro para si e todas as crianças e adolescentes do Brasil. Para isso, não tem dúvidas, a espaços como a 12ª CNDCA são fundamentais. “A importância dessa conferência para essas pessoas neurodiversas é de dar voz a nós que precisamos tanto dos direitos que foram ofuscados, que foram calados, que nem Chico Buarque dava a letra: ‘todo esse amor reprimido, esse grito contido, esse samba no escuro’. Todos que foram calados, todas as pessoas neurodiversas, todas as pessoas com deficiência precisam de voz e essa conferência vem para mostrar que essas pessoas têm voz, têm vez e têm direitos”, conclui.



TEXTO

STEPHANY
MONIQUE
CORRÊA DA CRUZ,
EM LONDRINA (PR)

IMAGEM

DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO

“QUERO QUE MINHA ALDEIA SEJA LEMBRADA”

JOVEM INDÍGENA DA ALDEIA TE' YÍ KUE CONTA COMO
UTILIZA SUA VOZ COMO SÍMBOLO DA BUSCA POR
JUSTIÇA PELOS POVOS ORIGINÁRIOS

A 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente é um espaço de participação que reúne diversas representações de todos os estados do Brasil. Edilaine Cavanha, de 17 anos, indígena Kaiowá da aldeia Te' yí Kue, localizada em Caarapó, Mato Grosso do Sul, é uma adolescente ativista pelos direitos dos povos originários.

Com os constantes desafios enfrentados em sua aldeia, ela relata a disputa pelo processo de retomada

de uma terra ancestral e os diversos tipos de violência a qual esse povo é exposto. Um deles é o preconceito, que tem desencadeado um quadro de depressão entre os jovens indígenas, fomentando um abandono de sua cultura como, por exemplo, a dança Guachire, que vem sendo deixada de lado.

Edilaine é estudante da escola Yvy Poty, situada dentro da própria aldeia. A jovem se destaca pelo protagonismo e pela voz ativa. Convidada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ela participou pela primeira vez da Conferência Estadual do Mato Grosso do Sul, na qual foi eleita delegada para a etapa nacional. Em Brasília, ela defendeu as propostas que abrangem sua realidade, seu povo e suas necessidades. É de extrema importância que se tenha essa representação na Conferência, como delegada e indígena, visto que a jovem teve o direito de votar para viabilizar as pautas que atendam as demandas dos povos originários.

Apesar de estar ocupando espaços para garantir o respeito à diversidade, Edilaine nos conta que ainda tem que lidar cotidianamente com episódios em que é chamada de “índia”, termo usado pelos colonizadores de forma pejorativa para designar todos os povos que viviam nas Américas e gera um distanciamento da realidade dos povos indígenas, que hoje lutam por diferentes causas e têm diferentes culturas. Além disso, também tem que lidar com o constrangimento de ter seu cocar tocado sem o seu consentimento, configurando um desconforto para ela.

Edilaine é cheia de esperança e compartilhou suas expectativas para o pós-conferência: “Quero poder ver nossos adolescentes formados, sendo médicos, doutores, bombeiros”. Por isso, ela faz um apelo às autoridades para que tenham um olhar para sua comunidade, um olhar de cuidado para com a sua aldeia e seu povo, respeitando sempre seus princípios e origens.



A jovem Indígena Edilaine Cavanha é
ativista pelos direitos dos povos originários



POR RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

A TRAJETÓRIA E A LUTA DE LUCAS MANOEL, JOVEM RORAIMENSE, DA CIDADE DE AMAJARI, PARA BRASÍLIA, NA 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TEXTO

STEPHANY
MONIQUE
CORRÊA DA CRUZ,
EM LONDRINA (PR)

IMAGEM

DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO



O roraimense Lucas luta por respeito às diferenças

Amajari, município do norte do estado de Roraima, é uma cidade com uma população de 13.927 habitantes, segundo o último Censo do IBGE. Possui uma região que tem oito Terras Indígenas, totalizando 19 comunidades indígenas. Segundo Lucas, na maioria das vezes, as crianças e adolescentes não sabem que são seres com direitos que precisam ser garantidos. Mas, através das suas participações em conferências e também no NUCA (Núcleo de Cidadania de Adolescentes) — um grupo de meninos e meninas, de 12 a 18 anos, que participam da iniciativa Selo UNICEF —,

ele vem trabalhando para despertar nesses adolescentes o desejo de buscar a efetivação de seus direitos.

Para chegar na etapa nacional da conferência, Lucas passou pela etapa municipal e estadual, sendo eleito em ambas para atuar como delegado. Nessa posição, ele participa tendo direito a voz e voto. Assim, em Brasília, ele pôde defender as propostas que se fizeram prioritárias no seu estado, como afirma o próprio Lucas. “A gente veio para a Conferência para representar Roraima e defender as nossas bandeiras de lutas e nossas propostas”. Uma das bandeiras levantadas por ele é a de inserir na grade curricular escolar os estudos das línguas e culturas indígenas com o intuito de tornar mais conhecida em todo Brasil e combater o preconceito.

O roraimense é um adolescente cheio de sonhos — em seu coração

arde o desejo de cursar Medicina e de ser empresário no ramo da estética. Lucas também sonha com um mundo melhor, sem preconceito, onde se tenha o direito à liberdade de expressão (vale ressaltar que essa liberdade acaba quando se viola e desonra a imagem de outra pessoa), o direito de viver e de ser feliz com suas escolhas e seus amores. Por isso, é fundamental o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê, como prioridade absoluta, a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, para que se possa ter o direito de sonhar e realizar seus desejos a partir da garantia dos direitos humanos.

Lucas encerra a conversa com uma mensagem inspiradora: “Nós, crianças e adolescentes, somos o futuro do país, temos que ter nossos direitos garantidos para que a gente possa construir um futuro melhor, respeitando as diferenças um do outro, todos nós vamos vencer!”



TEXTO

IAN VITOR MACIEL
CARDOSO, EM
MACAPÁ (AP) E
REBECA CRISTINA
CASSIANO DOS
ANJOS, NO RIO DE
JANEIRO (RJ)

IMAGEM

DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO

VOZ DO PROTAGONISMO

TAYRÃ BECKER, MONITORA DE FESTAS INFANTIS, APAIXONADA POR CUIDAR DE CRIANÇAS, QUE TAMBÉM GOSTA DE ATUAR EM PROJETOS SOCIAIS, DESTACA-SE COMO UMA VOZ ATIVA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DOS MAIS JOVENS.

Tayrã é uma adolescente transgênero de 16 anos, branca, mais ou menos 1,80 m de altura e cabelos encaracolados. É natural da cidade de Mafra, Santa Catarina, região do planalto norte.

A adolescente é uma das centenas de delegadas que participaram da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sua jornada começou localmente, mas ganhou dimensão nacional ao ser eleita para representar sua cidade e contribuir com suas ideias e propostas para promover os direitos das crianças e adolescentes. Durante a 12ª CNDCA, ela participou como integrante do eixo 1, que tratou da “promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia”. Sobre o assunto, Tayrã destacou a necessidade da saúde psicossocial nas escolas e a capacitação de professores em língua de sinais, garantindo inclusão e igualdade de oportunidades para todas as pessoas que estudam.

Além disso, Tayrã trouxe à tona a importância de promover a diversidade e combater a exclusão social, especialmente para crianças

Tayrã é voz ativa na defesa dos
Direitos Humanos dos mais jovens



indígenas, negras, LGBTQIAPN+ e outros grupos minorizados. Sua visão abrangente busca um futuro no qual os direitos das crianças e adolescentes sejam garantidos e respeitados por toda a sociedade.

Ao refletir sobre os resultados da Conferência, Tayrã expressou sua determinação em levar o conhecimento adquirido de volta à sua cidade, implementando projetos sociais e promovendo a conscientização sobre os direitos de crianças e adolescentes.

Indagada sobre seus sonhos, Tayrã contou que sonha em estudar gastronomia e moda, porém afirmou que nunca abandonará a luta e a defesa contínua dos direitos humanos. Com suas próprias palavras,

Tayrã compartilhou uma mensagem inspiradora para todas as crianças e adolescentes: *“Nunca deixem de buscar conhecimento e saber sobre seus direitos e deveres. E, por favor, sempre vão à escola, viu!”*

Tayrã exemplifica a voz da transformação, uma jovem determinada a construir um futuro mais justo e igualitário para as gerações vindouras. Sua participação na Conferência é um exemplo de que cada indivíduo tem o poder de fazer a diferença.

DIZ AÍ, CRIANÇAADA!

CRIANÇAS DE PERNAMBUCO FALAM SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO E DOS DEBATES DA CONFERÊNCIA

Durante a 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a equipe de educomunicação entrevistou Eduardo Antonio, da cidade de Caruaru, e Guilherme Victor, da cidade de Ribeirão, ambos da delegação do estado de Pernambuco, que participaram da 12ª CNDCA representando as crianças. Apesar de muito jovens demonstraram um grande conhecimento sobre políticas públicas efetivas que garantam seus direitos. Guilherme enfatizou que todas as crianças têm direito à moradia, boa qualidade de vida e também de carinho e amor. Os dois também ressaltaram a importância das discussões sobre os direitos humanos no contexto pandêmico e pós-pandemia, durante a 12ª CNDCA. Confira a seguir os principais trechos da entrevista exclusiva para a Revista Conferindo.

O QUE VOCÊS TÊM FEITO PARA PROMOVER OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE VOCÊS, NA ESCOLA E EM OUTROS ESPAÇOS?

EDUARDO - Eu falo um pouco das coisas que aprendo nas conferências e falo um pouco dos direitos que a gente tem, pois tem crianças e adolescentes que nem conhecem os seus direitos e alguns que até conhecem, mas não sabem como usar.

GUILHERME - O que eu tenho feito é falar para as pessoas que nós temos os nossos direitos. Nós temos os direitos a ter uma casa, uma família e de carinho e amor também. E também temos o direito de brincar.

COMO VOCÊS CHEGARAM ATÉ AQUI NA ETAPA NACIONAL DA 12ª CNDCA?

EDUARDO - Eu me interessei em representar minha cidade para que as crianças e adolescentes possam ter seus direitos garantidos.

GUILHERME - Meu pai me ajudou. Ele falou da Conferência e eu fiquei interessado em saber sobre os meus direitos e os direitos de outras crianças e adolescentes. Eu participei da Conferência Municipal, da Conferência Estadual e, agora, estou aqui.

TEXTO

ANA CLARA MARCHI
DE OLIVEIRA, EM
SORRISO (MT)

IMAGEM

DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO



Eduardo Antonio e Guilherme Victor,
ambos da delegação do estado de
Pernambuco, participaram da 12ª CNDCA
representando as crianças

A PARTIR DA 12ª CNDCA O QUE VOCÊS OUVIRAM, DISCUTIRAM, O QUE VOCÊS VÃO LEVAR PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA CIDADE DE VOCÊS?

EDUARDO - Vou tentar aprender tudo o que puder, para levar aos meus amigos, para que, na próxima Conferência que acontecer, eles estejam aqui, mesmo que eu não esteja, eles consigam estar para me representar e aprender muito mais!

GUILHERME - Vou compartilhar a experiência que estou ganhando aqui com outras pessoas. Vou falar sobre os direitos que eles não conhecem ainda e vou tentar convencer meus amigos para que eles queiram participar da próxima Conferência, que é incrível, é muito boa, a pessoa ganha muito experiência e tem gente que não sabe dos seus direitos e a gente aprende aqui na Conferência.

TEXTO
FLÁVIO
HENRIQUE SILVA
SANTOS, EM
MACEIÓ (AL)



“NADA PARA NÓS, SEM NÓS!”

VEM CONHECER MAIS SOBRE A RESISTÊNCIA HISTÓRICA DE JOVENS
PARA A ATIVAÇÃO DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES



"É necessário uma paciência histórica, para esperar o desabrochar deste momento – o momento em que descobrimos o mistério existencial da criança." A frase de Paulo Freire, patrono da educação brasileira e pensador da Pedagogia Social de rua, filosofia embrionária do protagonismo juvenil, é significativa para os momentos vividos em Brasília durante a 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em 2024, com a trilha de desafios históricos trazidos pela pandemia, sentidos na pele pelos jovens, a paciência histórica a que Freire se referiu jamais esteve tão clara: nunca se tratou de inércia, mas de acreditar nos atores e em seus processos históricos pela conquista de direitos. Na Conferência, a conquista foi o desabrochar coletivo das diversas infâncias e adolescências que passaram pelo evento, colocando fim a esse mistério da melhor forma: com suas próprias palavras.

De todos os momentos protagonizados pelos jovens na 12ª CNDCA, destaca-se o histórico envolvimento do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) em cada etapa do evento. Da organização à mediação das mesas, da cobertura educacional às palestras na plenária ao lado de autoridades como o ministro Silvano Almeida e o presidente Lula.

Compreender a importância dessa participação exige entender a história e contexto por trás do CPA. Criado em 2017 pela Resolução 191 do CONANDA, é a representação oficial dos adolescentes brasileiros dentro do Conselho e é composto por 47 adolescentes, sendo 27 representantes dos estados e do Distrito Federal; 10 de grupos sociais diversos; e 10 do meio digital, ambiente virtual de participação de adolescentes, com mandatos de dois anos. O comitê é encarregado de acompanhar a criação de políticas públicas, propor pautas e participar

das assembleias mensais do CONANDA e de mecanismos internacionais como o Mercosul.

Engana-se quem pensa que o caminho para o efetivo funcionamento deste comitê se deu a partir da publicação da resolução. Em julho de 2018, os então conselheiros do CONANDA publicaram nota de repúdio denunciando a negligência do Ministério dos Direitos Humanos da época para com a implementação do CPA. A indicação dos membros do que deveria ter sido a primeira gestão do CPA só se deu em dezembro do mesmo ano e essa leva de adolescentes nunca chegou a, efetivamente, participar do Conselho, ser empossado ou ter seus encontros regulares, como previsto em resolução.

O comitê tem relação intrínseca com as conferências nacionais. Para a Resolução 191, foram consideradas, também, propostas aprovadas nas 9ª e 10ª CNDCA, realizadas em 2012 e 2016, como reivindicação dos jovens ali presentes e de outras experiências de participação no âmbito do Conselho, como G8 e G38. A 11ª CNDCA, primeira da história a ser realizada online em decorrência da pandemia, foi o espaço utilizado para a posse da nova gestão (2020-2022), a primeira oficialmente reconhecida.

O histórico intenso de resistências no caminho de um comitê ainda tão novo é reconhecido por alguns dos mais importantes atores envolvidos na promoção dos direitos infantojuvenis no Brasil.

Salete Valesan é a atual coordenadora do programa Desigualdades, Direitos e Governanças da FLACSO Brasil, parceira do CONANDA na realização da Conferência e no projeto do CPA. Durante seu tempo como diretora da instituição, de 2014 a 2022, acompanhou de perto as turbulências para essa implementação. Em entrevista exclusiva para a Revista Conferindo, Salete resgata a memória e luta pela participação social de adolescentes antes e durante o CPA.

“Vocês só estão conseguindo fazer o que vocês estão fazendo hoje, porque oito jovens lá atrás tiveram coragem de vir aqui e fazer esse processo nacional junto com a Educomunicação. Depois foi subindo o número, chegamos a 38, e depois a gente conseguiu aprovar, dentro do CONANDA, a constituição oficial e ativa do Comitê de Participação de Adolescentes. Mais uma vez, a gente lembra que a luta que eles fizeram, resistindo muito pra esse

espaço, fez com que vocês tivessem a oportunidade e a possibilidade de estar nessa conferência”, enfatizou.

Uma vez estabelecido esse contexto, é mais fácil entender a comoção pela participação central que os adolescentes do CPA tiveram em Brasília, na 12ª CNDCA, encabeçando debates sobre a inclusão da infância e da adolescência nos orçamentos públicos, o enfrentamento das violências causadas durante e após a pandemia e a ampliação do direito à participação nos seus territórios. Brilharam em cada etapa do evento, somados à também ilustre participação dos adolescentes que representam, vindos de todos os estados brasileiros.

Por fim, a conferência marca o desejo pela continuidade sem mais interrupções no trabalho do CPA e por uma mudança definitiva no Sistema de Garantia de Direitos. O último, composto por atores compromissados em suas militâncias e atuações profissionais, deve enterrar seu adultocentrismo ultrapassado e não mais enxergar crianças e adolescentes como figuras místicas. Pesquisas e estatísticas não podem mais ser as únicas fontes de explicação para os desejos e anseios da juventude, esta devendo ser empoderada para falar, deliberar e produzir, em seus próprios termos, sobre suas várias realidades. Sigamos sob o lema do protagonismo juvenil, apropriado pelo CPA em seus anos de trajetória: nada para nós sem nós!



CONFERÊNCIA APROVA PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

NA PLENÁRIA FINAL DA 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FORAM APROVADAS 116 PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEGMENTO, DENTRE AS QUAIS 25 FORAM ELEITAS COMO PRIORITÁRIAS, SENDO CINCO POR EIXO TEMÁTICO. A SEGUIR, CONHEÇA CADA UMA DELAS!

EIXO 1. PROMOÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO PANDÊMICO E PÓS-PANDEMIA

1. Estabelecer, via Ministério da Educação, resolução com parâmetros para composição das equipes multiprofissionais e definição de equipe mínima, com implementação imediata e contratação via concurso público, além de garantir a contratação adicional de professores. Garantir formação continuada aos profissionais e aporte de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de modo a efetivar a Lei n.º 13.935/2019 (que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica), qualificando o atendimento, promovendo a articulação das escolas com a rede de proteção e prevenindo violências e violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes.

2. Garantir e incentivar o atendimento integral e contínuo das crianças e adolescentes em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o cofinanciamento de recursos para: (a) construção de mais hospitais e postos de saúde; (b) ampliação da oferta de medicamentos gratuitos; (c) contratação de equipes multiprofissionais

capacitadas; (d) criação de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) pediátricas e atenção ambulatorial especializada em hospitais; (e) ampliação do atendimento em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros equipamentos relacionados; (f) ações de busca ativa, por meio das Equipes de Saúde da Família (ESF); (g) promoção do cuidado e da atenção integral à saúde; (h) priorização de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência física e/ou sexual, com deficiência e/ou demandas clínicas de saúde mental. Além disso, promover a ampliação de vagas e o oferecimento de serviços especializados na atenção primária, secundária e terciária, implantando uma rede de apoio intersetorial e garantindo o acesso a medicamentos pelo SUS, conforme a Lei n.º 8080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, instituindo o SUS.

3. Garantir e efetivar a implementação de atendimentos, principalmente em lugares afastados, como áreas rurais, para crianças e adolescentes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial, deficiência múltipla e oculta. Garantir que estes postos de saúde tenham equipes multiprofissionais, equipamentos adequados e boa localização, dando destaque às periferias e bairros mais

necessitados. O funcionamento destes centros ocorrerá de forma que possa auxiliar aqueles que necessitam, assegurando a oferta de medicamentos, equipamentos e tratamentos, bem como prevenção e descoberta de deficiências.

4. Assegurar estratégias de promoção da política de segurança nas unidades escolares, por meio de iniciativas como: (a) conselhos comunitários escolares; (b) fóruns, debates, palestras e discussões sobre cultura de paz, cenários de violência e conflitos enfrentados por crianças e adolescentes; (c) investimentos na estrutura das unidades escolares e seu entorno, tais como iluminação pública, guaritas, muros, câmeras e equipamentos de segurança.

5. Garantir suporte e atenção em saúde mental para os professores, auxiliando-os nos impactos causados pela pandemia, visando seu bem-estar e a boa relação entre docentes e discentes, de modo a assegurar um melhor acolhimento a crianças e adolescentes, além de uma ambiência de confiança dentro da escola, conforme a Lei n.º 14.681/2023.

EIXO 2. ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES E VULNERABILIDADES RESULTANTES DA PANDEMIA DE COVID-19

1. Efetivar políticas públicas de saúde mental para crianças e adolescentes em âmbito nacional e nos três níveis de complexidade da Política Nacional de Saúde, capacitando as equipes interprofissionais e contratando neuropediatras, hebiatras, psicopedagogos, psiquiatras infantis, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e profissionais de práticas integrativas em saúde, entre outros. Ampliar e fortalecer, dessa forma, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), estruturando programas, centros especializados, espaços preventivos, projetos, serviços e ações que garantam, em todos os municípios, o atendimento, a escuta, o acolhimento, o apoio e o acompanhamento psicossocial de crianças, adolescentes e suas famílias, prezando os princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso: (a) priorizar o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência e de vítimas e/ou testemunhas de violência; (b) fortalecer a prevenção, por meio da ampliação de

diagnósticos e intervenções interprofissionais; (c) oportunizar ações em saúde que desenvolvam habilidades socioemocionais, de modo culturalmente sensível às identidades étnico-raciais, às questões de gênero e de credo, em coparticipação com o sistema de educação e os espaços escolares.

2. Promover o desenvolvimento socioeconômico e os direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, preferencialmente em meio aberto, promovendo o seu atendimento pela rede de proteção (pelos serviços da assistência social, saúde, educação, lazer, cultura e esporte, em conformidade com a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE); criando e/ou fortalecendo redes de apoio; incentivando a prática de esportes; garantindo oferta e inclusão nos programas de aprendizagem e profissionalização, assegurando, para tanto, a destinação de recursos das três esferas de governo.

3. Atualizar, aprimorar e efetivar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), implementando-o em todo o território nacional e em todos os serviços da rede intersetorial, regularizando a obrigatoriedade de seu uso, com adequações que correspondam às realidades de cada região, viabilizando, assim, o registro dos atendimentos e facilitando o acesso aos dados. Para tanto, propiciar a formação continuada dos órgãos e serviços do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente (SGDCA), tornando a rede intersetorial capacitada para a utilização do SIPIA, de modo a viabilizar a construção de diagnósticos fundamentais à criação e implementação de políticas públicas de intervenção e prevenção das violências praticadas contra crianças e adolescentes, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e mantendo o histórico de registros, acessos e alterações.

4. Criar, descentralizar e ampliar em 20%, anualmente, por intermédio de incentivos do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o número de delegacias especializadas na proteção de crianças e adolescentes (DPCA) e delegacias especializadas no atendimento ao adolescente em conflito com a lei, com equipes técnicas interprofissionais (assistente social, psicólogo, assessoria jurídica pública, pedagogo), bem como incentivar a criação de 9 DPCAs itinerantes, aplicando o mesmo percentual na criação e na ampliação das varas especializadas de atendimento às crianças e adolescentes.

5. Elaborar e implementar o Plano Nacional de Enfrentamento da Situação de Rua de Crianças e Adolescentes e garantir o financiamento no orçamento público, observando o público migrante, incluindo a realização de um censo e diagnóstico dessa população e garantindo a participação desse público, dos conselhos estaduais e dos conselhos municipais, abrangendo também os órfãos pós-pandemia de Covid-19.

EIXO 3. AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS SEUS DIREITOS, DURANTE E APÓS A PANDEMIA

1. Tornar obrigatória a oferta do ensino de línguas maternas originárias e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e braille na matriz curricular, respeitando a especificidade e a particularidade de cada região, desde a rede primária ao ensino médio, em todo o Brasil, garantindo uma educação de qualidade, inclusiva e com profissionais capacitados.

2. Alterar resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para garantir, ampliar e qualificar a participação de crianças e adolescentes em todos os conselhos de direitos das três esferas da federação, bem como nas demais instâncias de discussão, deliberação, formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas direcionadas à infância e adolescência, com voz, voto, percentual mínimo de vagas, respeito à diversidade e garantia de todos os recursos necessários para a sua plena participação. Criar projeto de lei que assegure, nas três esferas de governo, a participação efetiva de crianças e adolescentes em todos os espaços consultivos e deliberativos de políticas públicas para promoção, proteção e defesa de seus direitos, conforme preconiza a Resolução n.º 191 do CONANDA, de 7 de junho de 2017.

3. Realizar conferências municipais, estaduais, distritais e nacionais com percentual mínimo de 50% de crianças e adolescentes, respeitando toda a sua diversidade, garantindo metodologias inclusivas e acessíveis, assegurando a partir de consultas públicas que os temas sejam

escolhidos pelas crianças e adolescentes e promovendo ampla divulgação dos resultados para o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

4. Fortalecer e garantir a Lei n.º 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estimulando a participação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, assim como crianças e adolescentes em acolhimento, nos espaços de discussão e elaboração de políticas públicas.

5. Efetivar a criação, manutenção, fortalecimento e a fiscalização rígida dos grêmios estudantis e conselhos escolares nas instituições de ensino da educação básica (escolas municipais, estaduais, distritais, federais), incluindo-os no projeto político pedagógico das escolas, conforme a Lei n.º 7398/85 (que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus), garantindo a gestão democrática nas escolas a partir da participação, autonomia e protagonismo dos estudantes em todos os espaços de discussão e decisão do ambiente escolar, com definição de calendário das reuniões e oferta de formação, equipamentos, estrutura física e recursos financeiros para sua efetivação. E, ainda, incluir dentro das agremiações a diversidade.

EIXO 4. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA DELIBERAÇÃO, EXECUÇÃO, GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONSIDERANDO O CENÁRIO PANDÊMICO

1. Fortalecer e manter ativos os Fóruns de Direitos da Criança e do Adolescente nos âmbitos nacional, estaduais, municipais e distrital, bem como demais instâncias de participação social, para o fortalecimento da promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, garantindo a participação, efetivada com apoio financeiro por meio de subvenções sociais.

2. Incluir as escolas nos processos de construção de espaços de participação e nas discussões sobre o controle social e as políticas públicas para crianças e adolescentes, potencializando a participação dos grêmios estudantis e conselhos de pais e mestres.

3. Promover, por meio de campanhas amplas, inclusivas e permanentes, a divulgação de informações e orientações acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), do Disque 100, dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), bem como informações sobre as ações da rede de atendimento e sobre o papel e atribuições dos conselhos tutelares e conselhos de direitos das três esferas do governo, incentivando a participação da sociedade civil no controle social e na elaboração de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes.

4. Assegurar e fortalecer a participação da sociedade civil, crianças, adolescentes, povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas nas conferências nacionais, estaduais, municipais, distritais, livres e populares, como forma de garantir políticas públicas mais efetivas, deliberando antecipadamente sobre os eixos temáticos e abordando temas mais próximos às realidades infanto-juvenis e suas vulnerabilidades.

5. Fortalecer as atividades do conselho tutelar e melhorar as condições de trabalho dos conselheiros, com capacitações específicas e continuadas, piso salarial, sede própria, veículos e equipe técnica multiprofissional. Além disso: (a) fomentar a aprovação da Lei Orgânica Nacional do Conselho Tutelar (Projeto de Lei n.º 2.474, de 2022); (b) reformular e/ou atualizar normativas, resoluções e diretrizes para o funcionamento dos conselhos tutelares; (c) estabelecer a obrigatoriedade de uso do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIACT); (d) promover a aproximação entre os Conselhos Municipais de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os conselhos tutelares.

EIXO 5. GARANTIA DE RECURSOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE E APÓS A PANDEMIA DE COVID19

1. Revogar a Emenda Constitucional 95/2016 e criar e definir em lei a destinação de, no mínimo, 5% dos royalties de petróleo, mineração e energias renováveis, por meio dos fundos da criança e do adolescente municipais, estaduais e do Distrito Federal, visando garantir o repasse de recursos a estados e municípios; bem como assegurar

e ampliar os recursos financeiros de políticas, programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais voltados a crianças e adolescentes, vedando o remanejamento de rubrica orçamentária destinada a estas políticas, com a responsabilização dos gestores públicos pela não execução.

2. Garantir percentual mínimo de 15% das emendas parlamentares impositivas para viabilizar as políticas públicas de educação e de assistência social direcionadas a crianças e adolescentes.

3. Garantir recursos financeiros da União, na perspectiva do Pacto Federativo, para contratação de equipes multiprofissionais, por meio de concurso público, conforme a Lei n.º 13.935/2019 (que dispõe sobre a prestação de serviços de profissionais da psicologia e do serviço social nas escolas públicas de educação básica), incluindo a formação continuada destes profissionais para o atendimento, acolhimento, apoio e orientação a crianças, adolescentes e suas famílias. Serão responsabilizados administrativamente os gestores que não o cumprirem.

4. Garantir recursos financeiros, por meio do governo federal, a partir da implementação de um fundo nacional e do cofinanciamento fundo a fundo, de modo a promover a estruturação, modernização, aquisição de equipamentos e manutenção de recursos humanos dos fóruns de direito da criança e adolescente em todas as esferas, dos conselhos tutelares e conselhos estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente, bem como ajuda de custos, garantia de equiparação do piso salarial e formação continuada para os conselheiros, visando o fortalecimento da sociedade civil em espaços de deliberação.

5. Garantir a obrigatoriedade de repasse do governo federal, para os fundos municipais da criança e do adolescente, do imposto de renda arrecadado em 2% de pessoa física e, no mínimo, de 1% de pessoa jurídica (incluir na lei que trata de dedução do imposto de renda).

TEXTO
EDVANILSON
RAMOS DA SILVA,
EM JURUPIRANGA
(PB) E ANA CLARA
MARCHI DE
OLIVEIRA, EM
SORRISO (MT)

IMAGEM
DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO

ESPAÇOS ABERTOS, VOZES FORTELECIDAS

SALETE VALESAN ENFATIZA A IMPORTÂNCIA DA
PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NOS ESPAÇOS DE DEBATE AO LEMBRAR DAS
LUTAS POR GARANTIA DE DIREITOS

Salete Valesan trabalha na Flacso Brasil como coordenadora de um programa que discute o tema Desigualdade, Direitos e Governança e, através desse programa, desenvolve trabalhos com o Conselho de Participação dos Adolescentes (CPA). Em entrevista exclusiva para a Revista Conferindo, Salete ressalta a importância do CPA para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e também na luta coletiva para a abertura de espaços de participação e o fortalecimento da voz desse público. *“O CPA representa para mim uma participação de conquista das crianças e adolescentes. Acho que eu fiz parte dessa história, eles me permitiram fazer parte dessa história, mas é a minha luta, é a luta de muita gente que veio junto comigo e antes de mim, construindo o Estatuto da Criança Adolescente, entendendo a necessidade da participação e espaços de participação, o diálogo dentro dos governos para que as crianças e adolescentes pudessem ter esses espaços garantidos”.*

Salete conta também que o fato de já ter vindo de uma família de militantes fez com que ela se interessasse desde muito cedo pelas causas sociais. Atuou como professora, coordenadora e diretora em diversos espaços. Ainda passou pelo governo federal, atuando como chefe de gabinete, e como secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Ministério dos Direitos Humanos. Na Flacso Brasil, trabalha há 9 anos como diretora e, atualmente, como coordenadora. *“Toda essa trajetória me fez compreender que se eu conseguir levar isso na minha vida com sonhos, objetivos, muita luta e persistência, eu tenho esta missão e dever com o planeta de oportunizar isso para os outros”.*



Coordenadora na Flacso Brasil, Salete Valesan desenvolve trabalhos que promovem a participação cidadã de crianças e adolescentes

Ela ressalta que uma das maiores prioridades para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes é mudar a cultura dos seres humanos adultos. *“Enxergar a criança, enxergar o adolescente, compreender que eles têm o direito e nós o dever de ocupar os espaços que são de poder, espaço político e garantir que eles ocupem esses espaços [...]”.*

Ao ser questionada sobre a importância da 12ª Conferência Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, Salete destaca a grande diversidade por contar com pessoas de diferentes lugares, espaços políticos, espiritualidade ou religiões, que se unem para discutir os direitos das crianças e adolescentes e pensar ideias com o outro de forma coletiva. *“É assim que a gente aprende política, é assim que a gente exerce a democracia. O resultado dessa Conferência é um ato político democrático, decisivo para a vida das crianças e adolescentes”.*

É HORA DE GARANTIR DIREITOS PARA UM FUTURO PROMISSOR!

TEXTO
MARIA EDUARDA
OLIVEIRA E SILVA,
EM MOMBAÇA (CE)

IMAGEM
DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO

CRIANÇA EM PRIMEIRO LUGAR: DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMONSTRA PREOCUPAÇÃO COM A REALIDADE E FUTURO DOS AFETADOS PELA PANDEMIA

O segundo dia da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente contou com as participações do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sua esposa Janja Lula, o Ministro dos Direitos Humanos, Silvano Almeida, os adolescentes William Azevedo e Nayara Lemes, do Comitê de Participação dos Adolescentes, e demais autoridades. A 12ª CNDCA é considerada um marco histórico para a retomada da democracia e o cuidado com infância dos brasileiros e brasileiras do país.

Em sua fala, Lula disse que o governo deve priorizar a conversa com o povo e relembrou os “órfãos da Covid-19”, que perderam seus pais e responsáveis pelo atraso na compra da vacina pelo governo anterior, e citou que várias crianças se encontram em situação de vulnerabilidade social e desnutrição.

Lembrando que queria ser um doutor, mas só pôde cursar o ensino técnico, ao falar de Educação, o presidente fala sobre a realidade de muitos jovens brasileiros que estão em situação de vulnerabilidade social e que precisam trabalhar para sobreviver. Os programas “Pé-de-Meia” e “Bolsa Família”, citados durante a fala, mostram a preocupação do governo com a situação da juventude e, sobretudo, com a Educação. “Não quero que uma criança sofra castigo porque ela não sabe algo. Se ela não sabe, ela tem que aprender e a gente tem que ensinar, esse é o papel do Estado”. O discurso ouvido atentamente por centenas de pessoas demonstra que o espaço dedicado à escuta das pautas está sendo efetivado após anos de silenciamento.

O presidente também mencionou o compromisso com a criação de mil escolas técnicas até o final do seu mandato. “Isso é pouco diante da quantidade de coisas que precisamos fazer nesse país que a gente sabe que tem um divida histórica com a sociedade brasileira: nesse país,

filho de pobre não nasceu pra ir pra universidade, nasceu pra trabalhar”, enfatizou.

Durante a plenária com Lula, houve uma reivindicação do movimento estudantil para a revogação do polêmico Novo Ensino Médio no dia em que a proposta retornou à discussão no Senado Federal. O protesto recebeu apoio dos delegados presentes.

A adolescente Tainara Vitória, 16 anos, PE, fez uma avaliação positiva da participação do presidente. “Foi uma fala importante no meu ponto de vista, encorajadora quando ele falou sobre a escola, sobre os alunos que não tem oportunidade, mas na primeira chance demonstram seu potencial, que no primeiro incentivo com base encorajamento dá vigor para correr atrás dos nossos sonhos.”

Esperamos que o Presidente compareça em outros eventos sobre os direitos das brasileiras e brasileiros, pois garantia de direitos não se faz em um dia.



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa do segundo dia da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

TEXTO
STEPHANY
MONIQUE
CORRÊA DA CRUZ,
EM LONDRINA (PR)

IMAGEM
DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO

ADOLESCENTES PROTAGONIZAM DEBATES NA CONFERÊNCIA

UM DOS DESTAQUES DA 12ª CNDCA FOI A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PALESTRAS, COORDENAÇÃO DE EIXOS E APOIO NA CONDUÇÃO DE PLENÁRIAS

Desde o primeiro dia de evento, crianças e adolescentes foram destaques ao se posicionarem com falas enriquecedoras, repletas de cobranças, esperanças e, com certeza, muita representatividade. A mesa de abertura contou com a participação dos adolescentes Nikolas Kauã e Alejandra Diaz, representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA). Nikollas reforçou em sua fala o quanto o período pandêmico aprofundou as violações de direitos e expôs brutalmente a população a situações de vulnerabilidade. Alejandra, adolescente natural da Venezuela e residente em Roraima, destacou a diversidade cultural que se tem em nosso país e enfatizou que a luta é conjunta.

Em seguida, Raul Zainedin e Yasmim Oliveira, integrantes do CPA, realizaram a Palestra Magna, junto ao ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida. Ao tratar do pilar educacional, Raul lembrou que a tão sonhada educação pública de qualidade do Brasil se tornou um sonho ainda mais distante com o abismo de desigualdades e dificuldades que a pandemia causou no setor evidenciando ainda a negligência governamental durante o período pandêmico como um dos principais responsáveis pela desestruturação da educação em nosso país. Yasmim relembrou a luta por garantia de direitos das crianças e adolescentes do país, que passou por movimentos sociais, gestões anteriores do CPA, NUCAs e diversos outros grupos e espaços.

O segundo dia da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente contou com a presença do presidente Lula e da primeira-dama, Janja. Para esse momento histórico, as crianças e adolescentes foram representados por Willian Azevedo e Nayara Lemes, ambos do CPA.

Já durante a tarde do terceiro e último dia de conferência, adolescentes integraram a comissão de coordenação dos eixos temáticos.

A plenária final contou com a participação dos adolescentes Willian Azevedo e Vitória Elise, que coordenaram a mesa junto a presidenta do CONANDA, Marina de Pol Poniwas; o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cláudio Augusto Vieira da Silva e a conselheira do CONANDA, Maria Gutenara Martins Araújo. Nesse momento, foram apresentadas as moções e as propostas prioritárias de todos os eixos que foram lidas pelos adolescentes Vitor Nathan e Alannis Pyetra.

Todos esses momentos foram marcados por falas corajosas, que traziam todos os sentimentos que, durante muito tempo, ficaram trancados e sufocados dentro de crianças e adolescentes. Todas essas participações em mesas, antes rodeadas somente por adultos, trazem um único desejo: a realização de um sonho que é o cumprimento do artigo 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente. É importante ressaltar que, infelizmente, o número de participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de políticas públicas ainda é menor que o número de adultos.

Willian Azevedo e Nayara Lemes
representaram o CPA no segundo dia da
12ª CNDCA em mesa que contou com a presença
do presidente Lula e da primeira-dama, Janja



CONFERÊNCIA CELEBRA A DIVERSIDADE CULTURAL

TEXTO
MARIA RITA VERAS
LEMONS RESENDE,
EM TERESINA (PI)

IMAGEM
DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO

APRESENTAÇÕES CULTURAIS, REALIZADAS DURANTE A 12ª CNDCA PROMOVERAM A DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Uma variedade de expressões artísticas foram apresentadas nos momentos culturais da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, proporcionando momentos de alegria, inspiração e celebração.

Durante a abertura, a cultura esteve presente para extravasar a alegria do encontro democrático e aquecer o coração ao som do samba pisado da Orquestra Alada Trovão da Mata, que trouxe cor e ritmo ao evento. A equipe de educadores conversou com as integrantes da Orquestra, Melissa e Luara, que destacaram pontos importantes sobre a participação do grupo na Conferência. *"A gente faz parte da brincadeira do Fuá do Seu Estrelo, que inclusive acabou de virar patrimônio imaterial cultural do Distrito Federal. A gente é também um espaço escola, um grupo escola, que acha que para compreender a nossa identidade cultural de Brasília se faz por meio da educação e por meio dessa juventude que nasceu nessa cidade inventada. E para a gente é muito importante tá aqui por conta dessa questão da inventividade mesmo e de se entender enquanto cidade e compreender que a infância é essencial para essa nossa compreensão de cidade, de coletivo e de cultura"*, relata Melissa.

Luara também destaca o significado de participar da Conferência no momento de fortalecimento do resgate da cultura popular no Brasil. *"Isso tem uma grande significância também nesse momento de resgatar a nossa democracia e o valor que a cultura tem para o nosso país e trazer de novo essa representatividade tão rica que o Brasil carrega e que nos últimos anos ficaram meio encobertos, escondidos, mas como é bom está trazendo isso de volta"*.

As danças regionais trouxeram à tona as tradições e os costumes de diferentes partes do Brasil, destacando a riqueza cultural do país. Os ritmos e melodias das músicas ecoaram como um lembrete da importância de preservar e valorizar as culturas ancestrais.

Outro destaque da programação foram as performances do show de talentos que deu voz aos jovens que desejavam compartilhar a cultura de seus estados. As crianças e adolescentes brilharam em emocionantes apresentações que colocaram todo mundo para cantar e dançar os diferentes ritmos do Brasil.

As apresentações culturais têm o poder de inspirar e sensibilizar. Enquanto os discursos e apresentações formais podem fornecer informações valiosas, é por meio da arte que as emoções são despertadas e os corações tocados. Uma música comovente e/ou uma dança tem o potencial de gerar empatia, criar conexões emocionais e motivar ações concretas.

Ao reconhecer e valorizar as expressões artísticas de diferentes comunidades e grupos étnicos, a 12ª CNDCA reafirmou seu compromisso com a promoção da igualdade, da justiça e do respeito pelos direitos humanos de todas as crianças e adolescentes. As apresentações culturais foram, mais do que simples entretenimento, uma manifestação do potencial transformador da arte e da cultura na construção de um mundo mais justo e inclusivo.



Apresentação cultural da
Orquestra Alada Trovão da Mata

TEXTO
ANDREY FELYPE
NASCIMENTO
DA SILVA, EM
BRASÍLIA (DF) E
FLÁVIO HENRIQUE
SILVA SANTOS, EM
MACEIÓ (AL)

AS DUAS PANDEMIAS

É PRECISO DEBATER SOBRE A SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em 2020, com o impacto da pandemia de Covid-19, o mundo parou e as pessoas tiveram que se adaptar a novas realidades e formas de viver. Trabalhos remotos — para aqueles que tiveram esse privilégio —, distanciamento social e relacionamentos a distância passaram a integrar rotinas, compondo o que foi chamado de “novo normal”.

A saúde mental, que sempre foi importante e necessária para o convívio pleno das pessoas, foi um dos fatores mais atingidos durante o período pandêmico. A pandemia de Covid-19 levou a um aumento de 27,6% dos casos de transtorno depressivo, de acordo com o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), “*Global Burden Disease-2020*”. Com isso, é possível dizer que vivemos, simultaneamente, duas pandemias: a de Covid-19 e a do adoecimento mental.

Mesmo que o medo, a angústia e a incerteza tenham sido sentimentos comuns a todos os brasileiros nesse período, é importante reconhecer os impactos específicos que tiveram as crianças e os adolescentes. Em entrevista realizada com Marina de Pol Poniwas, presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), durante a 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ela destacou que “*crianças e adolescentes não foram vítimas*

diretas da letalidade da pandemia de Covid-19, mas foram as principais vítimas das consequências da pandemia”. Isso evidencia que, esse grupo específico, quando retirados de seus meios de convívio social e confinados em casa com suas famílias, nem sempre compreensivas com seus sentimentos, pode adquirir marcas permanentes em suas personalidades, ainda em seus anos formativos.

Vale lembrar também que, apesar desses serem os problemas mais frequentes na imaginação coletiva, outros tantos sofrimentos foram e são invisibilizados. É o caso dos mais de 130 mil órfãos da doença, cruelmente desamparados, segundo dados da revista Lancet. Para jovens de povos tradicionais, negros, LGBTQIA+ e com deficiência, além das violências que sempre sofreram, tiveram que conviver com uma esfera pública cada vez mais hostil, de discursos violentos proferidos no anonimato por pessoas na internet, autoridades e representantes políticos.

Assim como educação, alimentação, trabalho e demais direitos básicos, o acesso a cuidados de saúde mental também foi precarizado e restrito de maneira injusta às pessoas mais pobres e periféricas, num tempo em que o Brasil produziu desigualdades como nunca antes. Por isso, não é surpresa a recorrência do tema ‘saúde mental’ nos debates e plenárias da 12ª CNDCA, com reivindicações

partidas de delegados profissionais da educação, da saúde e do serviço social, mas, principalmente, das próprias crianças e adolescentes.

Um dos adolescentes foi Raul Zainedin, representante paranaense no Comitê de Participação de Adolescentes, que aproveitou sua fala na plenária geral do evento para enfatizar que “*Precisamos prevenir, para que mais vidas não sejam levadas pela negligência com esse tema*”.

Como resultado, foram aprovadas sete propostas durante a Conferência, abrangendo diversas questões, como a capacitação de professores para lidarem com saúde mental, a efetivação das políticas de saúde mental no SUS, entre outras demandas igualmente importantes. Agora, é crucial monitorar a implementação dessas ideias e garantir que a saúde mental permaneça como uma prioridade das agendas de todo o Estado brasileiro!





EU COMUNICO, TU COMUNICAS, NÓS EDUCOMUNICAMOS!

ASSIM COMO EM EDIÇÕES ANTERIORES, A 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CONTOU COM COBERTURA EDUCOMUNICATIVA FEITA POR ADOLESCENTES E JOVENS

Esse ano, os conteúdos de comunicação multimídias como podcasts, vídeos reportagens, vídeo poemas, boletins e fotografias da cobertura educomunicativa da 12ª CNDCA foram produzidos por 16 adolescentes, jovens integrantes e ex-integrantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA), com o apoio de uma equipe de educomunicadores da Viração.

A jovem educomunicadora Rebeca Cassiano relata a importância de ter participado da cobertura educomunicativa da conferência. *"Para mim, que já participei como delegada em outras conferências, voltar à CNDCA em um projeto tão importante foi muito especial. Eu participei da elaboração, criação e edição dos podcasts que relataram os acontecimentos dos três dias de evento, entrevistando pessoas muito especiais que falaram sobre suas causas, demandas e trajetórias e nos ajudaram a aprofundar o debate sobre as políticas públicas para crianças e adolescentes".*



Algumas imagens de bastidores da equipe da cobertura educomunicativa feita por adolescentes e jovens

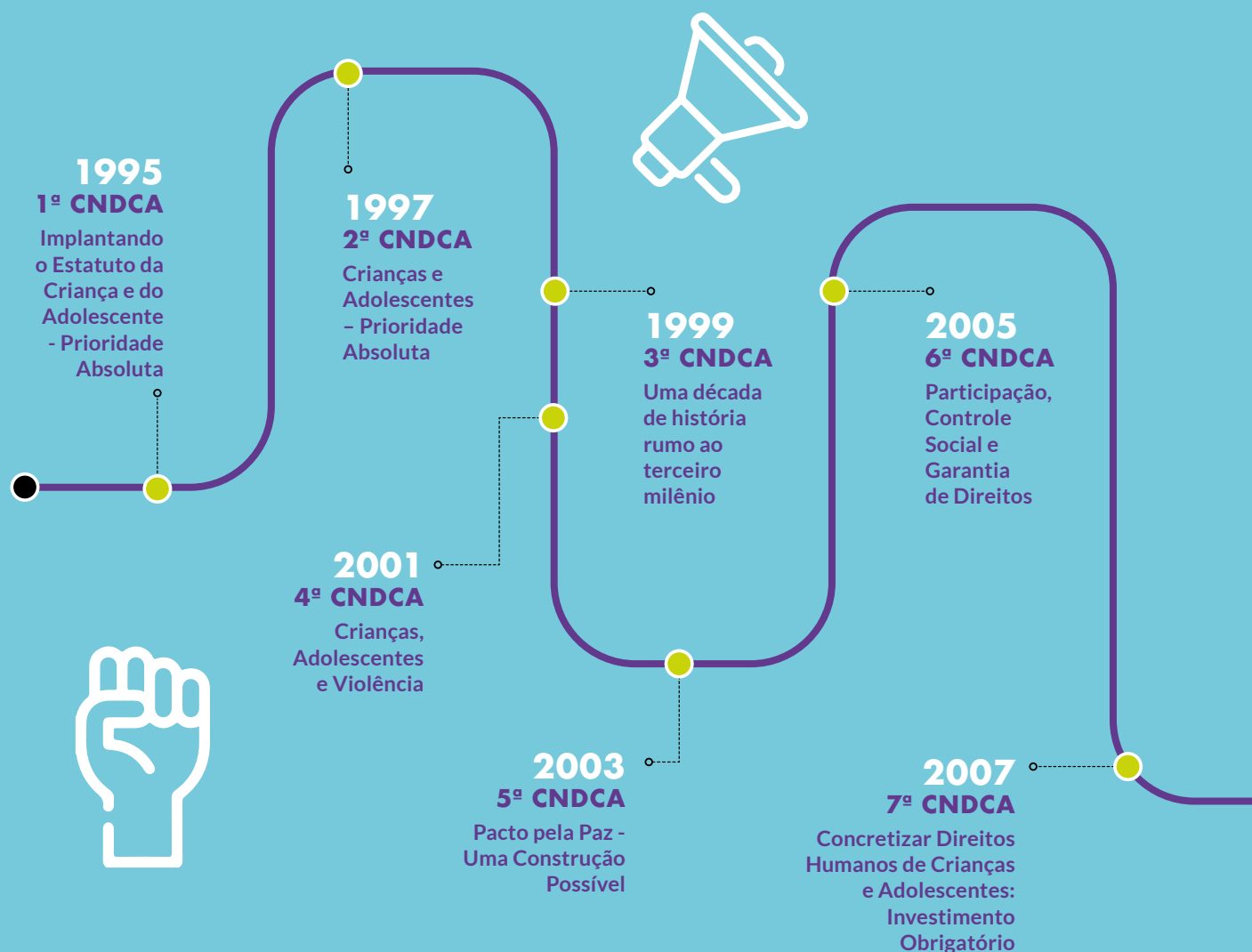


RECORDAR É VIVER!

A LINHA DO TEMPO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A primeira Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi realizada em novembro de 1995, a partir da convocação do CONANDA, com intuito de ampliar as discussões relativas aos direitos de crianças e adolescentes. Desde então, no princípio, a cada dois anos e, a partir de 2011, a cada três anos, são realizadas conferências municipais, estaduais e nacional, que se

constituíram como espaços democráticos para a discussão de políticas públicas para a infância e adolescência, envolvendo diversos atores sociais. Ao longo dos anos, foram realizadas 12 edições da CNDCA que debateram temas relevantes, refletiram sobre a realidade de crianças e adolescentes e trouxeram importantes proposições de políticas públicas para garantir seu pleno desenvolvimento.



2024 12ª CNDCA

A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade

2019 11ª CNDCA

Proteção Integral, diversidade e Enfrentamento das Violências

2012 9ª CNDCA

Mobilizando, implementando e monitorando a política e o plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes nos estados, no Distrito Federal e nos municípios

2009 8ª CNDCA

Construindo Diretrizes da Política e do Plano Decenal

2016 10ª CNDCA

Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente

TEXTO
MARIA EDUARDA
OLIVEIRA E SILVA,
EM MOMBAÇA (CE)

IMAGEM
DELEGAÇÃO
EDUCOMUNICATIVA
DA VIRAÇÃO

REMENDA OU REVOGA?

NOVO ENSINO MÉDIO É ALVO CRÍTICAS
DE ESPECIALISTAS A ESTUDANTES

A Lei nº 13.415/2017 ou Novo Ensino Médio (NEM), projeto do ex-presidente Michel Temer aprovado por meio de Medida Provisória, é alvo de polêmicas desde sua implantação em 2022, na gestão Bolsonaro. O projeto alterou as diretrizes e bases da educação nacional, com uma nova carga horária, mudança nas áreas do conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluindo o ensino técnico, a obrigatoriedade da Língua Inglesa e o ensino integral.

O NEM é alvo de críticas de especialistas, docentes e estudantes, muitos dos quais estão inconformados com o modelo atual. Uma das críticas é a substituição de disciplinas básicas por Itinerários Formativos e a inclusão de profissionalização durante o ensino médio. Na prática, a ideia propagandeada de que o estudante poderá escolher uma área para focar, resultou em matérias sem pé nem cabeça, com títulos chamativos e motivos de piada na internet.

Desde a posse, o atual governo vem sendo pressionado a revogar o NEM, com direito a manifestações em 51 cidades, organizadas por estudantes secundaristas. O ministro da Educação, Camilo Santana, no entanto, bateu o martelo dizendo que não iria revogar, mas modificar o modelo.

Em 2023, o Ministério da Educação abriu uma consulta pública para ouvir críticas e sugestões ao NEM, que contou com a participação de 11 mil pessoas pela Plataforma Participa+ Brasil; além de 139 mil participantes via WhatsApp. O relatório final da consulta propõe, entre outras coisas, a recomposição da formação geral básica para 2.400 horas, exceto para cursos técnicos; a redução de 5 para 3 no número de itinerários formativos.

Adolescentes reivindicam a
revogação do Novo Ensino Médio

Em 2024, a luta continua. Uma vitória foi, justamente, a aprovação da recomposição da formação geral básica para 2.400 horas, na Câmara. O projeto de lei (PL) 5230/23 que muda pontos da reforma do NEM segue em discussão no Senado.

Outro ponto chave desse debate é a implantação do novo modelo sem analisar as estrutura das escolas, a disponibilidade de professores e a expansão da carga horária. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior destaca que do total de municípios brasileiros, 51% (2.831) possuem apenas uma escola pública de ensino médio e a maior parte delas está em cidades com os menores níveis para o Indicador de Nível Socioeconômico do Inep. Isso significa que poucas escolas públicas brasileiras podem ofertar o modelo previsto com qualidade, mostrando a discrepância do ensino público no país. Esse problema abre espaço para a privatização da educação e o método de educação a distância sem supervisão, pois se uma escola não pode ofertar o ensino técnico ou seus itinerários formativos com sua estrutura, ela poderá fazer parcerias com instituições privadas de educação e profissionais com notório saber, que aliás é outra polêmica.

A contratação de profissionais com notório saber, maioria de formação e experiência privada, deixa de lado os professores contratados pelo poder público, precarizando ainda mais a carreira docente. Isso quando professores não acabam lecionando em itinerários fora da sua área de conhecimento devido à escassez de profissionais frente às demandas do NEM.

Vários movimentos se unem em favor da revogação do NEM, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que em 2022, lançou uma carta para candidatos, a Carta de Compromisso pela Educação, que contou com mais de 200 assinaturas e o apoio dos voluntários da Semana de Ação Mundial.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) também marcou sua presença no segundo dia da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, reivindicando “*Lula, revoga o novo ensino médio*” durante as pausas do discurso do Presidente no evento.

O modelo de educação brasileiro é um debate amplo que requer a participação social de todos e, por isso, devemos iniciar revogando o Novo Ensino Médio e a PEC 241/2016, conhecida como a PEC do teto de gastos, ou a PEC da morte, que cortou gastos públicos como educação e saúde pelos próximos 20 anos.



TEXTO
ISABELA
APARECIDA
ARAUJO
SCHIRRMANN, EM
SÃO PAULO (SP)

DIVERSIDADE RELIGIOSA

**O BRASIL POSSUI UMA VASTA E RICA DIVERSIDADE RELIGIOSA
DECORRENTE DA MISCIGENAÇÃO CULTURAL.**

Durante nossa infância e juventude, nós nos deparamos com diversas crenças e visões de fé, diferentes, desde a católica até as de matriz africana, os que acreditam em um ou vários deuses, além daqueles que se intitulam “sem religião”. À medida que amadurecemos, aprendemos, acima de tudo, que respeitar o próximo é o mais importante, algo que coincide com o ensinamento abordado dentro de cada crença. Sabemos que crianças e adolescentes se espelham nos mais velhos e têm como exemplo as ações tomadas por eles, por isso, se uma criança cresce em um ambiente com alta intolerância religiosa, há grandes chances de ela espelhar as atitudes e praticar ações que possam agredir a crença de outra pessoa.

A partir disso, muitas crianças e adolescentes são privados diariamente de entender o que realmente significa essa vasta diversidade religiosa e de conhecer mais sobre como um país laico deve agir diante de tais situações, em que muitos saem prejudicados. As ideologias e manifestações de ódio que a sociedade tem ao oprimir e desrespeitar as práticas e culturas de religiões alheias, por mais antigas que sejam, ainda estão impregnadas no nosso cotidiano. Um exemplo disso são as religiões de matrizes africanas, que sofrem ataques racistas e preconceituosos devido às diferenças culturais e étnicas.

Em 2020, um caso impactou o país e trouxe à tona, mais uma vez, a discussão sobre intolerância religiosa. Em Araçatuba (SP) um mãe perdeu a guarda de sua filha após ela passar por um ritual de iniciação no Candomblé (religião de matriz africana). A ação foi movida pelo Conselho Tutelar da própria cidade, que recebeu denúncias de abuso sexual e maus tratos. A filha relatou que nunca sofreu nenhum tipo de abuso ou violência por parte da família e estava apenas passando por um ritual de sua religião.

Outro caso aconteceu na Bahia, em 2022. Um pai de santo que celebrava um culto dentro de seu terreiro de Candomblé foi interrompido por um homem que se declarou evangélico e estacionou um carro de som na tentativa de “exorcizar” o local e todos os presentes. O pai de santo registrou um boletim de ocorrência juntamente a uma denúncia à Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo do Ministério Público da Bahia.

Dados registrados pelo Disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania traz uma comparação de 2018, ano no qual houve 624 denúncias de intolerância religiosa, com um aumento de 240,3% até o ano de 2023, aproximando-se do total de 2.124 denúncias. Atualmente, é comum ver pessoas orgulhosas de sua fé e empenhadas em fortalecê-la, mas se tornou algo corriqueiro encontrar notícias em que pessoas morreram, tiveram seus altares quebrados, foram agredidas, “exorcizadas” e, principalmente, tiveram sua fé oprimida apenas por ser diferente.

Diante do que acontece todos os dias, podemos afirmar o quão importante é a diversidade religiosa, o respeito, o conhecimento e a capacidade de escolha que deve ser passada para as crianças e adolescentes e, consequentemente, as gerações futuras.

Para termos uma maior compreensão da importância de espalhar esse conhecimento sobre o respeito à diversidade religiosa e sobre de que forma um país laico, como o Brasil, deve agir diante de tantas atrocidades, trouxemos depoimentos de alguns jovens sobre o tema.



"Eu nasci e cresci na igreja, nunca tive experiências de visitar ou participar de outras religiões, mas então o que eu posso agregar? Minha intenção é mostrar a importância de saber encontrar um lugar saudável dentro da sua religião e ter senso crítico. Já fui parte de duas igrejas diferentes e em desses lugares, infelizmente, foi um ambiente terrível que acabou me gerando vários "gatilhos", traumas e entre outras situações que me marcaram de forma negativa. Pela "ignorância", eu acabei sendo colocada dentro de uma "jaula" sem perceber, apenas quando aprendi sobre outras religiões, vivências e principalmente sobre a minha religião, entendi que aquilo não era certo e fugi. Me afastei de todos, virtualmente e materialmente, e agora encontrei um outro lugar que me deixa confortável, saudável e que não me faz ter crises de ansiedade. Então, crianças, sempre procurem saber muito sobre a religião de vocês, independentemente de qual for, estudem coisas que te façam pensar para que vocês não sejam manipulados, analisem se aquele lugar tem red flags (indicação de possíveis comportamentos tóxicos, abusivos e alarmantes), e se sim, VÃO EMBORA SEM MEDO." - **Emilly dos Santos Sousa, 18 anos, Santo André (SP). Evangélica Presbiteriana.**

"Diversidade religiosa significa garantir que todos possam se sentir seguros com suas crenças. Significa que todos serão acolhidos independentemente de suas diferenças. Significa que para um estar certo, o outro não precisa estar errado. Significa abertura para conhecer as diferentes formas de pensar na pluralidade de vivências e suas raízes. Diversidade religiosa significa um mundo de braços abertos para acolher aqueles que queiram abraçar alguma fé ou buscar ajuda." - **Davi Victor Braga, 18 anos, São Paulo (SP). Umbandista.**

"Diversidade religiosa é algo legal, vários tipos de fé que procuram o amor de Deus de formas e jeitos diferentes. É muito bom para as crianças e adolescentes, porque assim todos nós conseguiremos ver que, para ter Deus no coração, não precisa seguir só um caminho, mas que podemos seguir vários caminhos até Ele. Com todos se respeitando, vai ficar cada vez mais fácil de chegarmos até o amor divino." **Manoela S. A. Schirrmann, 10 anos, São Paulo (SP). Umbandista.**

"As crianças e adolescentes devem aprender a ter autonomia de suas escolhas pessoais, o que acreditar, qual crença seguir e um pouco do que cada uma traz, para aprender a solucionar outros problemas futuros e não ser dependentes de um pensamento primitivo." - **Gabriela, 18 anos, Fortaleza (CE). Wicca.**

"Acho que a diversidade religiosa é algo muito importante de ser construído desde de cedo com as crianças. Diversos jovens, ao invés de ficarem com medo de mostrarem suas guias de proteção, poderão andar pelas ruas tranquilamente, sabendo que não sofreram nenhuma violência. Essa educação também teria que chegar aos adultos, principalmente para aqueles que ensinam e acompanham as crianças. Poderia ser algo para a descentralização religiosa cristã do ensino. Afinal, se vivemos em um estado laico, devíamos ser capazes de ostentar guias e cruzes com o mesmo orgulho e mesma despreocupação com o olhar do outro." - **Antonio Isaías da S. Santos, 19 anos, São Paulo (SP).**

"A diversidade religiosa é um importante sinal de riqueza cultural, convivência pacífica e democrática nas sociedades. Por isso, a liberdade de religião é um direito tão essencial, reconhecido nos pactos de direitos humanos e constituições por todo o mundo. Para as crianças e adolescentes, crescer e serem educados numa comunidade em que convivem de forma harmoniosa diferentes religiões, ideias e culturas tem enorme valor para uma formação humana e ética que torne possível construir um mundo de justiça, igualdade e fraternidade entre todos." - **Diego Alves, advogado e ex-presidente do Conanda, Belo Horizonte (MG).**



TEXTO
EDVANILSON
RAMOS DA
SILVA, EM
JURUPIRANGA (PB)
E ANDREY FELYPE
NASCIMENTO
DA SILVA, EM
BRASÍLIA (DF)

DESAFIOS E CAMINHOS CONTRA O TRABALHO INFANTIL

É PRECISO ENFRENTAR OS DESAFIOS
CONTRA O TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil priva as crianças de sua infância, potencial e dignidade e prejudicam seu desenvolvimento físico, mental, emocional, educacional e social. Pode ser considerado trabalho infantil qualquer atividade laboral exercida por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada país. A legislação trabalhista brasileira estabelece a proibição total do trabalho para sujeitos até os 13 anos de idade. Entre 14 e 16 anos, o trabalho só é permitido na condição de aprendiz, mediante contrato especial de trabalho, que visa a formação técnico-profissional do adolescente. A partir dos 16 anos, é permitido trabalhar dentro do regime CLT, desde que seja respeitada a carga horária máxima de 6 horas diárias e 30 horas semanais, com proibição de trabalho noturno, perigoso, insalubre ou em locais prejudiciais à saúde e à moralidade.

No Brasil, o trabalho infantil persiste em diversas regiões, especialmente em áreas rurais, nas periferias urbanas e em setores vulneráveis da economia, como a agricultura, a construção civil e o trabalho doméstico. Apesar dos avanços legais e sociais, o país ainda enfrenta desafios significativos no combate ao trabalho infantil. Milhares de crianças

e adolescentes são submetidos diariamente a essa violação. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2019, havia 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária.

O tema central da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — “A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia do Covid-19” —, deixa evidente o quanto a pandemia causou violações extremas contra os direitos de crianças e adolescentes também quando falamos do enfrentamento do trabalho infantil. Em entrevista exclusiva para a Revista Conferindo, a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Marina de Pol Poniwas, ressaltou as consequências da pandemia. *“Na medida que as famílias não conseguiam ter acesso a políticas públicas básicas, como a situação de moradia, de renda, de emprego, isso afetava diretamente crianças e adolescentes que passaram a vivenciar situação de trabalho infantil”*.

A 12ª CNDCA emerge como uma oportunidade crucial para debater

e articular ações eficazes para o enfrentamento do trabalho infantil. A Conferência não apenas permite a troca de experiências e boas práticas entre os diversos atores sociais, mas também possibilita a formulação de políticas públicas mais robustas e abrangentes, voltadas para a prevenção e erradicação dessa violação dos direitos humanos.

Ao discutir o trabalho infantil, é fundamental destacar a importância de medidas integradas e coordenadas entre os diversos setores governamentais, organizações da sociedade civil, empresas e comunidades locais. Tendo em vista que o Brasil se comprometeu a adotar medidas imediatas e eficazes, que garantam a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, quando ratificou, em 2000, a convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O combate ao trabalho infantil no Brasil requer uma abordagem multifacetada que envolve a implementação e aplicação eficaz das leis trabalhistas, investimentos em educação de qualidade, proteção social para famílias em situação de vulnerabilidade, conscientização da sociedade e promoção do trabalho decente para os adultos. Além disso, é fundamental garantir mecanismos de monitoramento e denúncia, bem como políticas públicas integradas e coordenadas entre os diversos atores sociais para prevenir e erradicar essa violação dos direitos das crianças e adolescentes.

JOVENS NÃO SÃO MERCADORIA!

TEXTO
MARIA
EDUARDA
OLIVEIRA
E SILVA, EM
MOMBAÇA (CE)

DISCUSSÕES SOBRE PRIVATIZAÇÃO DO SINASE AVANÇAM EM MINAS GERAIS E SÃO PAULO, PREOCUPANDO ESPECIALISTAS E ATIVISTAS

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é uma política pública “destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens responsabilizadas(os) pela prática de ato infracional”. Ou seja, é ele que executa as chamadas medidas socioeducativas, tanto de privação e restrição de liberdade — internação, semi-internação e liberdade provisória, quanto as de meio aberto — como a liberdade assistida e a prestação de serviço à comunidade. O SINASE ordena os sistemas estaduais, distritais e municipais e é coordenado pela União que, por sua vez, também é responsável por elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, que trata desde questões mais conceituais até os papéis de cada órgão e o financiamento do Sistema.

Em resumo, o SINASE efetiva o que está previsto no ECA, garantindo o caráter tutelar e pedagógico das medidas socioeducativas, com atenção para todos os direitos, como saúde e educação, e o desenvolvimento integral de adolescentes que cometeram atos infracionais, sem deixar de considerar a importância de novas oportunidades para eles.

Com 12 anos de regulamentação no país, a discussão sobre a privatização do SINASE tem avançado no país com casos emblemáticos de São Paulo e Minas Gerais. Em 2023,

o Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (CONANDA) lançou uma nota técnica sobre o tema, defendendo que os serviços socioeducativos sejam estatais.

A possibilidade de Parcerias Público-Privadas (PPP) na implementação dos serviços socioeducativos preocupa especialistas e ativistas, como o advogado Diego Alves, ex-presidente do CONANDA. Em entrevista exclusiva para a revista Conferindo, ele ressaltou que essa é uma discussão bem mais complexa, que demanda muita atenção da sociedade e o envolvimento dos próprios adolescentes.

“O que não pode acontecer de forma nenhuma é a iniciativa privada ter o papel de influir no cumprimento da medida, na responsabilização, no tempo em que eles ficam afastados, na avaliação, atribuições exclusivas da Justiça, do Estado. Essa deve ser a grande preocupação da fiscalização e da concepção desses projetos”, alertou.

O advogado explica que, apesar dos 12 anos de regulamentação, os desafios do SINASE são enormes e pontua que as condenações recebidas pelo Brasil da Corte Inter-Americana de Direitos Humanos obrigaram o país a tomar medidas para melhorar o sistema, “o que nos salvou de uma situação de absoluto caos”, enfatizou.

Durante a 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, movimentos como a Coalizão pela Socioeducação estiveram presentes pautando o tema e divulgando materiais com o tema “jovens não são mercadorias!”. Esse é um bom ponto de partida para essa discussão tão importante para o avanço das políticas públicas para a infância e adolescência.



TÁ NA MÃO

Durante a 12ª CNDCA, adolescentes produziram diversos conteúdos para a cobertura educacional. Foram boletins, vídeos, fotos e podcasts que contaram a história do evento a partir do olhar de quem é protagonista das discussões.

Clique ou escaneie os QR Codes para conhecer a coleção de produtos!



PODCAST PODCONFERÊNCIA

EP. 1: EXPECTATIVAS PARA A CONFERÊNCIA

As jovens comunicadoras Rebeca Cassiano, Isabela Aparecida, Maira Gubert e Tainara Vitória conversaram com algumas pessoas para saber quais pautas elas querem ver em debate e quais as expectativas para a 12ª CNDCA.

<https://tinyurl.com/PodCNDCAEP01>



EP. 2: ENTREVISTA COM RAYSSA DIAS LIMA

Ian Vitor e Tainara Vitoria conversaram com Rayssa Dias Lima, delegada do estado do Maranhão, a respeito das suas impressões sobre a 12ª CNDCA e sua experiência nesse espaço de participação cidadã.

https://open.spotify.com/episode/0HORUkDtpo6sZ2CGrxWxi2?si=obncw8w7QtKRb_nQN29YJw



EP. 3: MESA DE ABERTURA DA 12ª CNDCA

O jovem comunicador Ian Victor comenta os principais destaques das falas do ministro dos Direitos Humanos, Sílvia Almeida, e dos adolescentes Yasmin e Raul, durante a palestra de abertura da 12ª CNDCA.

<https://tinyurl.com/PodCNDCAEP03>



EP. 4: AS CRIANÇAS NA 12ª CNDCA

Os jovens educadores entrevistaram crianças delegadas que participaram das plenárias dos eixos temáticos da 12ª CNDCA.

<https://tinyurl.com/PodCNDCAEP04>



BOLETIM CONFERINDO

EDIÇÃO 1: "O BRASIL VOLTOU!" COMEÇOU A 12ª CNDCA

<https://tinyurl.com/12CNDCACONFERINDODIA1>



EDIÇÃO 2: "O GOVERNO PRECISA TER MAIS OUVIDO QUE BOCA", LULA PARTICIPA DA 12ª CNDCA

<https://tinyurl.com/12CNDCACONFERINDODIA2>



EDIÇÃO 3: "VACINAS, ESCOLAS E COMIDA PARA TODAS AS CRIANÇAS" — CHEGA AO FIM A 12ª CNDCA

<https://tinyurl.com/12CNDCAConferindoDia3>



COBERTURA EM VÍDEOS

VÍDEO POESIA

A jovem Isabela Schirrmann recitou o poema autoral "Brincando de Imaginar".

<https://tinyurl.com/poesia12CNDCA1>



VÍDEO POESIA

A jovem Maria Eduarda nos apresenta um texto de Bráulio Bessa sobre a importância e a necessidade de sonhar.

<https://tinyurl.com/poesia12CNDCA2>



PRIMEIRO DIA DA 12ª CNDCA

<https://tinyurl.com/12CNDCAvddia1>



COBERTURA EM FOTOS

As imagens capturaram toda a energia da mobilização da 12ª CNDCA!

A 12ª CNDCA COMEÇOU

<https://tinyurl.com/Carrossel12CNDCA1>



TEM MÚSICA NA 12ª CNDCA

<https://tinyurl.com/Carrossel12CNDCA2>



LULA NA 12ª CNDCA

<https://tinyurl.com/Carrossel12CNDCA3>



A 12ª CNDCA DEIXOU SAUDADES

<https://tinyurl.com/Carrossel12CNDCA4>





COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES NO CONSELHO

OEI

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

